

Queda-de-braço no Congresso

■ Base governista usa artifícios para pressionar governo

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA — O vice-líder do PSDB, deputado Arthur Virgílio (AM), teve que pedir verificação de quórum, ontem, na reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, para evitar que fosse aprovado requerimento do deputado Augusto Farias (PPS-DF) pedindo a realização de uma auditoria especial do Tribunal de Contas da União na Receita Federal. Virgílio recorreu a este expediente, largamente usado pela oposição durante a votação das reformas, porque os deputados do PMDB, do PFL e do PPB presentes estavam dispostos a aprovar a proposta de devassa na Receita. Este é um dos exemplos, que se multiplicam nos últimos dias, de dificuldades que o governo enfrenta dentro do Congresso.

“Há uma queda na taxa de governabilidade. É duro o governo estar dependendo de quatro votos para saber se terá ou não uma CPI do Banco Central”, disse Arthur Virgílio. O clima de desconfiança está definitivamente instalado entre os governistas. O PMDB está aturdido

com a sangria em suas fileiras, e o PFL constringido pelo escândalo da pasta cor-de-rosa, que pegou no contrapé seus principais líderes. O líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), avalia que esta é a mais grave crise entre o partido e o governo, maior que as provocadas pela intervenção no Banco Econômico.

União — O clima criado acabou unindo PMDB e PFL, que vivem uma queda-de-braço permanente para demonstrar maior fidelidade ao governo e ocupar o primeiro lugar entre os partidos com mais filiados. Os peemedebistas decidiram cerrar fileiras com os pefelistas e exigem esclarecimento sobre o vazamento das informações contidas na pasta rosa, com dados sobre as doações do Banco Econômico para a campanha eleitoral de 90. “Verificar quem vazou é importante em função da unidade do governo”, disse o líder do PMDB, Michel Temer (SP).

“O clima está pesado. As coisas não andam”, reclamava ontem outro vice-líder do governo, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP). Na avaliação dele, existe uma disposição de segurar os projetos de interesse do governo, especialmente a reforma da Previdência.

Até mesmo a emenda da reeleição, que une tucanos e pefelistas,

provocou mal-estar entre os dois principais partidos governistas. Para o PSDB, ao incluir a emenda na pauta da convocação, o presidente interino, Marco Maciel, acabou expondo o governo num momento politicamente delicado. “Não é prudente tratar deste assunto agora”, comentou o líder do PSDB na Câmara, deputado José Anibal (SP).

Os tucanos garantem que Fernando Henrique não mandou incluir o tema no debate e os pefelistas não acreditam que Maciel o tenha feito por vontade própria. Para salvar as aparências, as partes acabaram jogando a inclusão do tema incomodo nas mãos dos prefeitos. “Como Maluf comanda um partido com 80 deputados, Maciel resolveu agradá-lo e acabou criando um constrangimento”, disse um governista.

A crise na base de sustentação parlamentar do governo ampliou-se ontem com o inconformismo do PMDB em relação à política de cooptação de parlamentares que vem sendo praticada pelo PSDB. O líder do partido, deputado Michel Temer (SP), protestou contra a ação dos tucanos com o ministro das Comunicações, Sérgio Motta. “Essa prática não soma para a base do governo e ainda cria um clima de desconfiança”, reclamou Temer.